



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

FÓRUM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PME

AÇÕES ESTATAIS ASSISTENCIALISTAS E EMPREENDEDORISMO SOCIAL SUSTENTÁVEL
NO BRASIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

GOVERNMENT ASSISTENTIALIST ACTION AND SUSTAINABLE SOCIAL ENTREPRENEURSHIP IN
BRAZIL: AN EXPLORATORY STUDY

Vânia Maria Jorge Nassif, Dr.

Universidade Presbiteriana Mackenzie e Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP
vania.nassif@uol.com.br

Rodrigo Augusto Prando, Dr.

Universidade Presbiteriana Mackenzie
rodrigoprando@mackenzie.br

Hélio Morrone Cosentino, Dr.

Universidade Presbiteriana Mackenzie
hmcosentino@mackenzie.br

RESUMO

O artigo ora apresentado objetiva identificar as possíveis similaridades e especificidades entre Ações Estatais Assistencialistas (AEA) e ações alicerçadas sobre o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS), bem como a relação destas ações com redução da exclusão social hodierna. Nesse sentido, foram analisados beneficiários de um Programa Governamental, e outro Projeto Auto-Sustentável, específico de um grupo. A pesquisa realizada é de natureza exploratória, de caráter qualitativo e a coleta de dados empíricos baseada em entrevistas com roteiro semi-estruturado. Os dados primários, oriundos de entrevistas, são transcritos e tratados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma complementaridade entre as AEA e o ESS e a conjugação dessas ações pode propiciar uma redução mais expressiva dos níveis de exclusão social. A pesquisa aponta, ainda, que as AEA atuam de forma corretiva e o ESS de forma preventiva, contudo, ambas exercem funções preponderantes na diminuição e busca de resoluções dos problemas de exclusão social.

Palavras-chave: Ações Estatais Assistencialistas; Empreendedorismo Social Sustentável; Programa Governamental; Projeto Auto-Sustentável.

ABSTRACT

The paper presented aims to identify the similarities and specificities between Government assistentialist action (GAA) and actions based on Sustainable Social Entrepreneurship (SSE). Also, the paper goes through the relationship of those actions throughout reducing social exclusion currently. On this way, it was analyzed the beneficiaries of a Government program, and other Self-Sustainable Project specific of a group. The research done is exploratory, qualitative and empirical data collection based on interviews with a semi-structured questionnaire. The primary data from interviews were transcribed and treated by the content analysis technique. The results show a complementarity between GAA and the SSE, moreover the combination of actions may provide a more significant reduction in terms of social exclusion level. In addition, the research shows that the GAA operate in corrective and ESS works with preventive action. However, both actions play roles in reducing overweight and searching for resolutions of social exclusion problems.

Keywords: Government assistentialist action, Sustainable Social Entrepreneurship, government program, self-sustainable project

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, bem como muitas outras sociedades contemporâneas, enfrenta uma série de problemas sociais, destacando-se a exclusão social. Tal fato atrai a atenção de organizações do Primeiro Setor-Governamentais Sem Fins Lucrativos, do Segundo Setor - Não-Governamentais Com Fins Lucrativos e do Terceiro Setor - Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos (PRANDO; MILANI FILHO, 2006).

Dessa forma, são projetadas e desenvolvidas ações de caráter assistencial ou de desenvolvimento social junto aos indivíduos ou grupos que são, de uma forma ou de outra, excluídos ou marginalizados no bojo de nossa sociedade. Tais ações buscam, no limite, resolver ou minorar os resultados oriundos da desigualdade social hodierna.

No campo das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas vicejam estudos que procuram compreender e explicar a gênese da exclusão social e como as organizações se preparam para diagnosticar e atuar a fim de reverter esse problema social. O Primeiro Setor é, como não poderia deixar de ser, constituído pelas organizações identificadas com o Estado, isto é, o poder político legitimamente constituído e que atua nas esferas municipais, estaduais e federais, nos níveis do Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição da República Federativa do Brasil define e indica os direitos e deveres dos cidadãos e do próprio Estado. Sabidamente, a Constituição assevera sobre a responsabilidade da União em garantir educação, saúde, moradia, enfim, direitos básicos para a dignidade dos cidadãos brasileiros. Contudo, esse Brasil “legal”, contido na legislação, não se coaduna com o Brasil “real”, com nossa realidade de exclusão social cotidiana. Cabe ressaltar que o Brasil, com cerca de 500 anos de história, vivenciou por praticamente 400 anos (de 1500 a 1888) uma estrutura social alicerçada sobre o latifúndio, trabalho escravo e monocultura para exportação. Mesmo após a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) não houve, em nossa sociedade, a conjugação de crescimento econômico, distribuição de renda e exercício da democracia e da cidadania e isso gerou graves problemas sociais (FAUSTO, 1997; FERNANDES, 2006).

Numa tentativa de melhor compreender e explicar esse cenário é que se apresenta esse trabalho científico como resultado de uma pesquisa de natureza exploratória e de caráter qualitativo. Envidaram-se esforços nos planos teóricos e empíricos, ou seja, além da leitura de parte da bibliografia científica que versa acerca do tema em voga, foram realizadas entrevistas para a coleta de dados primários. Essas entrevistas foram transcritas e tratadas por meio da análise de conteúdo. Foram, portanto, investigados dois modelos de ações que objetivam resolver ou minorar os problemas decorrentes da exclusão social. Procurando preservar a identidade dos programas, doravante o primeiro modelo será nominado como AEA, referindo-se à Ação Estatal Assistencialista. E o segundo modelo, por sua vez, foi desenvolvido por uma Organização do Terceiro Setor, denominado Empreendedorismo Social Sustentável que será nominado por ESS.

O problema de pesquisa que orientou este trabalho foi: existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista e Empreendedorismo Social Sustentável e há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos de ações? O objetivo geral, portanto, desse trabalho foi: identificar se existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista e Empreendedorismo Social Sustentável e se há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos

de ações. Já em relação aos objetivos específicos, temos: conceituar exclusão social; definir empreendedorismo social e identificar as práticas de ações empreendedoras e assistencialistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados, objetivamente, alguns conceitos atinentes ao referencial teórico utilizado na pesquisa. Nesse sentido, há a discussão de: exclusão social; empreendedorismo social; sustentabilidade e comunidades sustentáveis e assistencialismo. Vale ressaltar que, na medida do possível, a literatura abordada concentra-se em discussões acerca da realidade brasileira, visto que o objetivo é analisar e comparar ações estatais assistencialistas e projetos de empreendedorismo social em uma região do país.

2.1 Exclusão Social

A temática da exclusão social tem sido objeto de muitas discussões, mormente nos âmbitos das políticas públicas e acadêmico. Há, ainda, destaque em função do “modismo” formulado nos meios de comunicação, e, sobretudo, “em função da intensidade como o processo de exclusão se apresenta na sociedade atual” (CALDEIRA, 2005, p.2). Oliveira (1997), por sua vez, ressalta que a problemática da exclusão já não constitui privilégio das nações periféricas e que este fenômeno, já há algum tempo, atinge os países ricos. Santos (2001, p.171) afirma que “a abrangência da exclusão social no âmbito internacional, está tomando enormes proporções, o que a torna algo ‘disfuncional’ ao sistema”. Caldeira (2005) aduz que no livro de René Lenoir denominado *Lês Exclus* deu-se o marco do nascimento do conceito ‘exclusão social’, publicado na França em 1974. Nos pesquisadores brasileiros, destacam-se Oliveira (1997) e Martins (1997) e, para ambos, existem equívocos na utilização indiscriminada da aplicação do termo, ocasionando uma “diluição retórica de sua especificidade” (OLIVEIRA, 1997, p.39). O autor alerta que os segmentos sociais mais diversos caracterizados por uma posição de desvantagem e identificados por uma pertinência étnica (negros ou índios), comportamental (homossexuais, góticos) ou outra qualquer como no caso dos deficientes físicos seriam mais propriamente denominados “minorias”. Embora, por outras razões, julga, também poderiam ser classificados como “excluídos”. Oliveira (1997) afirma ainda haver contra-senso em classificações sem critérios, exemplificando o caso de deficientes físicos em posição de conforto econômico e de moradores de rua, ambos rotulados por socialmente excluídos (1997). Martins (1997, p. 14) alerta para o fato de o conceito exclusão (inconceituável, vago, impróprio e indefinido) pretender substituir a idéia sociológica de “processos de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que se pretende explicar. Assevera que, quando a exclusão é concebida como um estado “fixo, fatal e incorrigível” e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão “cairia sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável”. Alerta que, a partir da exclusão, não se lutaria por transformações sociais, mas “em favor das relações sociais existentes, mas inacessível a uma parte da sociedade” e que, discutindo-se a exclusão, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e até indecentes de inclusão que dispomos ou fornecemos de alguma maneira (1997, p. 21). Para Oliveira (1997), dever-se-ia denominar excluídos aqueles que assim foram chamados em primeiro lugar. Ainda, segundo o autor, no Brasil eles seriam “os moradores e meninos de rua, os

desempregados das favelas e periferias muitos convertidos em ‘flanelinhas’ e mesmo em delinquentes e catadores de lixo, pois, mais do que pobres, eles seriam o mais próximo do que denominamos miseráveis (Oliveira, 1997. p. 39). Na ótica de Adorno (2001, p.11), há, ainda, “o termo *vulnerabilidade* [que] também é utilizado em relação à exclusão econômica e social”. Para o referido autor, é considerado vulnerável um indivíduo ou grupo que, dado a uma situação específica, tem cindido seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações.

Ponto interessante é que Oliveira considera que as conseqüências oriundas do desemprego e do subemprego são as principais causas do processo de exclusão. Ressalta, porém, que no Brasil, dada sua convivência histórica com modelos informais de trabalho realizados por uma “massa importante de mão-de-obra desqualificada” o sentido de Exclusão estaria comprometido. Isto porque o processo de emprego clássico ainda possui um caráter bastante problemático, fato que, no mínimo, prejudicaria afirmar que o grupo de trabalhadores enraizados nos processos informais de trabalho poderiam se chamar “excluídos”, pois que afirmaria o processo de exclusão como permanente na história do país (Oliveira, 1997, p.41).

Há, ainda, sociologicamente importante contribuição de autores da geração de 1930, no Brasil, para a compreensão da dinâmica social: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Prado Júnior (2000), busca caracterizar a essência de nossa colonização pelos portugueses e, em sua visão, assentada na leitura materialista histórica, tivemos uma única função: fornecer produtos primários para a metrópole portuguesa. Dessa forma, com uma economia voltada para fora, a sociedade assentará sua estrutura no seguinte tripé: latifúndio – trabalho escravo – monocultura voltada para o exterior. A sociedade, a política e cultura da serão todas dispostas nesse sentido, que é o interesse externo e não o de desenvolvimento de uma sociedade nacional e autônoma. Somado a Prado Júnior (2000), Freyre (2001) discorre sobre a formação de uma sociedade nos trópicos, com a vitória da colonização portuguesa. É, aqui, no Brasil, a constituição de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida, miscigenada. A estabilidade do corpo social deu-se, na visão de Freyre (2001), graças à família patriarcal. Ou seja: os proprietários de terras, senhores de engenho no início (cafeicultores depois), detinham o pleno poder sobre os demais grupos sociais. A forma de dominação fundamentou-se no patriarcalismo (poder do homem mais velho) e no patrimonialismo (poder desse homem detentor de vasto patrimônio – terras e, principalmente, escravos). Ainda na visão freyriana, a violência foi elemento recorrente em nossa colonização. Violência, em suma, do senhor para com os escravos e, também, desse senhor para com as mulheres, seja a mulher branca para casar, a mulher negra para trabalho ou a mulata para relações sexuais. Por fim, completando a tríade de autores, Buarque de Holanda (1975), aduz que das principais contribuições que os brasileiros legariam à civilização era o homem cordial. Equivocam-se quem entende essa cordialidade do brasileiro como educação, polidez, bom comportamento. Muito pelo contrário: a cordialidade é, nesse caso, uma acentuada exacerbação do sentimento, do afeto, em detrimento da razão. Nossas relações sociais, dada a cordialidade, são mais pautadas na pessoalidade do que na impessoalidade, isto é, nos relacionamos enquanto pessoas e não enquanto indivíduos. A relação impessoal entre indivíduos significaria trazer à tona elementos de igualdade em direitos e deveres, fato esse muito distante das relações sociais comezinhas.

Em síntese, a hipertrofia da escravidão, do latifúndio e do poder patriarcal fizeram com que a sociedade brasileira (suas classes sociais, grupos e indivíduos) tivessem dificuldades de se estabelecer os limites entre o espaços público e privado. Os interesses privados invadiram, quase sempre, os interesses públicos e, ainda,

muitas vezes, as ações do Estado acabam privilegiando os grupos que estão no poder, acarretando políticas assistencialistas (que reiteram a dependência dos subalternos frente aos grupos dominantes), patrimonialismo, novas formas de voto de cabresto e coronelismo. Prado Júnior (2000), Freyre (2001) e Buarque de Holanda (1975) são, ainda, referências válidas quando se discute o porquê da permanência de grupos socialmente excluídos em nossa sociedade. Os estudos presentes no *Atlas da exclusão social no Brasil*, em seus volumes 1 e 2, corroboram que muito da exclusão social atual tem sua fonte em nosso passado histórico (CAMPOS, 2003; POCHMANN; AMORIM, 2004). Mais ainda: que a exclusão social deve ser entendida como manifestação da dinâmica de desenvolvimento de nosso capitalismo, portanto, regiões como Norte e Nordeste, por exemplo, trazem índices bem maiores de exclusão social do que o Sudeste e Sul, por exemplo (CAMPOS, 2003; POCHMANN; AMORIM, 2004).

Desse diálogo inter-autores, pode-se depreender que existe uma aparente e comum dificuldade na definição de Exclusão Social, mas que se poderia direcionar o empenho de pesquisa na identificação de grupos desprovidos de empregos e empregos formais, sobretudo moradores de áreas irregulares, favelas, com pouca ou sem educação básica, fundamental, média e profissional e, por fim, desprovidos de condições normais de manutenção dos recursos básicos e necessários à sustentação adequada de seus lares.

2.2 Empreendedorismo social

O empreendedorismo social se apresenta como um conceito em desenvolvimento, mas com características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias. A bibliografia sobre o tema pode levar a possíveis equívocos entre alguns termos, que, apesar de parecerem semelhantes nas palavras, são bem diferentes no significado como, por exemplo, empreendedorismo privado e responsabilidade social.

Segundo Hudson (1999, p.11), existe uma característica comum aos empreendimentos de cunho social, já que “são orientados por valores: são criados e mantidos por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomar providências nesse sentido”. Empreendedorismo empresarial, por outro lado, tem “caráter individual, seu foco é no mercado, na produção de bens e serviços, buscando sempre o lucro nos negócios” (MELO NETO e FROES, 2002, p.11). Já, para Oliveira (2004, p.12-13), empreendedorismo social não é uma profissão: “pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado”; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços e, muito menos, é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os ajudados, mas também para os negócios e para a sociedade. Para o autor, é possível distinguir dois tipos de organizações que disseminam o conceito e a prática do empreendedorismo social. Uma opera como sustentadora, capacitadora e divulgadora, como no caso da Ashoka, que tem origem americana, mantendo escritórios em diversos países, inclusive no Brasil, e da Foud Schwab, na Suíça. Além de recrutarem e manterem por algum tempo o sustento pessoal e técnico do empreendedor social, abrem espaços e ações de disseminação teórica, atuando em um nível estratégico e tático. Um segundo tipo de organização é o que opera na intervenção local em

um nível operacional, executando e aprimorando os conhecimentos técnicos de gestão e inovação no campo social (Oliveira, 2004).

Na visão de Melo Neto e Froes (2002), os empreendedores sociais são entendidos como pragmáticos responsáveis, isto é, não despendem tempo em grandes e infundáveis elucubrações teóricas, que servem mais para o prazer e ego acadêmicos do que para serem úteis à sociedade em si. Nesse sentido, corroborando Melo Neto e Froes, Oliveira (2002) trata o empreendedorismo social como uma ação inovadora voltada para o campo social, cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento da situação. Tal como um novo paradigma de intervenção social, apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade. Trata como um processo de gestão social, pois apresenta uma cadeia sucessiva e ordenada de ações. Assim, Oliveira (2004) resume em três fases: concepção da ideia; institucionalização e maturação e multiplicação da ideia. A ação do empreendedor social é, também, entendida como uma arte e uma ciência, como uma nova tecnologia social e como um indutor de auto-organização social.

Melo Neto e Froes (2002) aduzem que o processo de empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado. Trata-se de modelo de parcerias, tendo como principal objetivo retirar pessoas da situação de risco social, cujo objetivo a ser alcançado é a solução a curto, médio e longo prazo, buscando propiciar-lhes plena inclusão social. Em síntese, empreendedorismo social emerge, nessas perspectivas teóricas, como diretamente relacionadas à sustentabilidade e às ações de caráter de desenvolvimento das comunidades, priorizando ações em parceria que produzam resultados em médio e longo prazos. Há, também, o sentido relacional entre os vários atores da sociedade, entendidos como a população e as organizações de todas as espécies (primeiro, segundo e terceiro setor). Os empreendedores sociais realizam trabalhos visando benefícios sociais e estariam engajados em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários.

Em escritos mais recentes, Oliveira (2008) reconstrói a atual configuração do empreendedorismo social no Brasil e localiza sua gênese no cenário dos anos 1990. Nesse contexto, há uma diminuição dos investimentos estatais, a ação de responsabilidade social de algumas empresas e a emergência do Terceiro Setor. Interessante destacar que, para esse autor, organizações sociais tradicionais se diferenciam das organizações empreendedoras. Assim, aquelas são baseadas em hierarquia, controle centralizado, foco no que é melhor para a organização, ênfase nos programas, dependente de recursos e tentam ser tudo para todas as pessoas. Por outro lado, as organizações empreendedoras são baseadas em times com trabalho orientado, descentralização/*empowerment*, foco no que é melhor para o cliente, ênfase no centro de competências, financeiramente auto-suficientes e nicho orientado. Baseada numa discussão acerca da relação entre genética e valores culturais, Goldstein (2007) discute a hipótese – assenta em artigos de neurocientistas - de que os empreendedores teriam um gene altruísta e que ações destinadas ao próximo ativariam o sistema de recompensa do cérebro, gerando prazer ao indivíduo. Contudo, relativiza, em seguida, as predisposições genéticas com a visada cultural, assim, “as condições concretas de existência influenciam – mais do que possíveis predisposições genéticas – as formas de convivência social, a presença ou ausência de solidariedade e de violência entre nós” (GOLDSTEIN, 2007, p. 139).

Ainda no campo de ações de empreendedorismo social, é invulgar a contribuição – teórica e prática – de Ruth Cardoso, antropóloga e, de 1995-2002, Primeira-Dama e responsável pelo Programa Comunidade

Solidária. Na condição de antropóloga e estudiosa dos movimentos sócias, mormente os de juventude, Cardoso (1997) vislumbra uma nova dimensão na relação entre a sociedade civil, o Estado e as Organizações do Terceiro Setor. Já como Primeira-Dama e principal gestora do Programa Comunidade Solidária, Cardoso (2001, p. 11) indica a necessidade de parcerias entre o Estado e sociedade civil e assevera que “a sociedade se fragmentou em espaços de ação política que não mais se confundem com as formas tradicionais de representação, mas que podem formar redes que se conectam [...]”. E mais: “a política contemporânea exige a construção de consensos que não apagam as diferenças, mas abrem caminho para a ação efetiva”. O programa Alfabetização Solidária, por exemplo, foi um dos programas sob coordenação da Comunidade Solidária e que envolveu jovens universitários em experiências de alfabetização de jovens e adultos que atingiu a marca de 5,3 milhões de beneficiados diretos (GORDINHO, 2009). Forte elemento de mudança foi a quebra paradigmática derivada das ações sociais da Comunidade Solidária. Ao valorizar o empreendedorismo social, as Organizações do Terceiro Setor e as parcerias entre a sociedade civil e organizações sociais e o Estado, operou-se, acima de tudo, uma mudança de valores e de mentalidades, superando as práticas estatais assistencialistas e valorizando as parcerias, que coloca os grupos ou indivíduos excluídos ou em estado de vulnerabilidade não como meros receptores de benefícios do governo, mas como parceiros que possuem potencialidades que podem ser desenvolvidas objetivando a superação das dificuldades encontradas (GORDINHO, 2009; CARDOSO, 2002).

2.3 Sustentabilidade e comunidades sustentáveis

Problematizar a temática da sustentabilidade em suas várias dimensões exige destacar um novo paradigma de desenvolvimento e este deve permitir uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, por meio de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo (GUIMARÃES, 1992). Esse novo paradigma, denominado desenvolvimento sustentável (DS), foi formalmente concebido em 1986 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apelidada de Comissão Brundtland, por meio da publicação “Nosso Futuro Comum”. O conceito de DS busca, assim, incorporar o componente ambiental ao conceito de desenvolvimento o que, para Fortes (1992), representa uma nova ordem econômica, social e ecológica, indo muito além da preocupação com o combate à poluição no presente: é o processo pelo qual as necessidades das populações atuais devem ser satisfeitas sem comprometer nem pôr em risco os direitos humanos das gerações futuras. Para que seja adotado como novo paradigma, o DS deve ser consequência de um esforço conjunto de âmbito político, econômico e social, e nunca responsabilidade unilateral de qualquer um deles. É fato e explícito a necessidade de se entender o conceito das redes sociais, como também o capital social para a compreensão do desenvolvimento sustentável. Para Jacobs (2000), a palavra chave é rede, redes sociais: aglomerado de pessoas de natureza cooperativa. Pessoas que se reúnem periodicamente para discutir e propor soluções para os problemas que afetam seus bairros, distritos e localidades. Tal esforço coletivo e cooperativo faz surgir o “capital social” daquela comunidade. Bresser Pereira (2002, p.123) pontua que capital social é o conjunto de instituições intermediárias, suas ações empreendedoras, suas práticas associativas, o senso de responsabilidade social de seus atores, a prática de cidadania, o nível de confiança entre as pessoas, e a crença no objetivo comum da equidade e justiça social. Putnam (1996, p.177) define capital social de uma comunidade como a reserva de cooperação voluntária, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica e diz respeito

às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. À medida que as redes se multiplicam e os laços de cooperação e solidariedade social se fortalecem, a cidade torna-se viva, de acordo com a tipologia de Jacobs (2000). As cidades vivas têm em seus habitantes o motor do seu próprio desenvolvimento. Atuando em redes sociais, os atores do desenvolvimento urbano agem de forma empreendedora. Nas cidades mortas, não existe cooperação. As organizações criadas são autoritárias e seus padrões são verticais, nos quais prevalecem as relações de subordinação hierárquica e a cultura do mandonismo. No que tange ao modelo de desenvolvimento sustentável, Kisil (1997, p.131) definiu os pré-requisitos de um processo de desenvolvimento sustentável. Primeiro, a participação dos cidadãos - essa participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptivas aos seus membros. Segundo, interesses e necessidades de cada sociedade, ou comunidade, exigem uma variedade de organizações e, finalmente, uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político- administrativo- econômico. Para Furtado (1999), é impossível tratar de empreendedorismo social sem levar em conta o conceito de sustentabilidade, pois, para o autor, é o mesmo que estudar sociedades sem pensar e analisar o comportamento das pessoas e conhecer as raízes da cultura local. Assevera que uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional. É, portanto, uma sociedade com capacidade para encontrar e realizar novas alternativas para promover o seu próprio desenvolvimento. Ainda para Furtado, as sociedades sustentáveis caracterizam-se por um elevado investimento no fator humano (alimentação, saúde, educação, capacitação profissional, empregabilidade), sem tendência à alta concentração de riqueza e renda. Sociedades sustentáveis são coletividades onde o consumismo é substituído pelo crescente montante de recursos destinados à inserção e ao re-investimento na própria comunidade. E onde existe uma vontade política forte e direcionada para o desenvolvimento auto-sustentável do local e da região, e cujo resultado final é o bem estar social.

2.4 Assistencialismo

Higa (2006) indica que a prática do assistencialismo existe para sanar problemas imediatos. Assim, suas ações não são duradouras e os resultados são apenas momentâneos. Afirmo que quando uma família precisa de uma cesta básica ou remédio e recebe doação é apenas para sanar o momento da dificuldade e não para sanar problema como um todo. Bovo (2007), por sua vez, ressalta que embora os programas assistencialistas, como o bolsa-família, se caracterizem, entre outras coisas, por melhorar o nível de renda da população, eles não representam uma alternativa viável em longo prazo. Além disso, ele afirma: “agora, bem ou mal, esses programas assistencialistas, são uma forma de melhorar o nível de renda de muitas pessoas que talvez não consigam, em curto prazo, encontrar um emprego decente, uma forma de inclusão social” (BOVO, 2007, p.1). Ou seja, a falta da inclusão social dos indivíduos na sociedade levaria ao surgimento da necessidade de elas serem assistidas pelo governo, resolvendo o problema à curto prazo.

Waihrich (2007) enfatiza o assistencialismo em seu mito governamental. Segundo suas idéias, os governos – nos vários níveis - procuram, por meio de vários programas sociais, a eliminação da fome, da

pobreza e da miséria de maneira geral. Afirma, ainda, que os assistencialismos se originam das três funções básicas do Estado: saúde, educação e segurança. Essas três funções são os elementos mínimos e essenciais à preservação dos indivíduos e funcionais para a inclusão social das pessoas, sanando a miséria de parte da população. Ademais, Waihrich (2007) afirma que várias políticas assistencialistas vêm sendo usadas como ações de cunho eleitoral para campanhas políticas e não para sanar os problemas da pobreza na população como deveria ser. A assistência, para o autor, é dar ao trabalhador condições de suprir necessidades impossíveis de previsão e, portanto, de se criarem instrumentos capazes de as impedirem. Deste modo, diverge substancialmente de assistencialismo, que é dar ao que não trabalha meios de sustentação. Depreende-se, das idéias do autor, que o que se deve dar à pessoa humana é dignidade e esta só seria obtida por meio do trabalho. Por fim, que se deve ter em mente que salário é renda e que essa renda gera consumo e esse gera aumento de produtividade e aumento de produtividade é sinônimo de aumento de riqueza.

No Brasil, especialmente, o assistencialismo deita raízes em nossa história. Segundo Oliveira (2008), a globalização econômica, da década de 1990, foi geradora de novas situações de pobreza e, somado a isso, uma dificuldade do Estado em garantir suas demandas sociais levou a, também, novas formas de assistencialismo e, também, de ações de empreendedores sociais. Fausto (1999) discorre sobre a história do Brasil e demonstra que, desde a Colônia, passando pelo Império, República Velha, Governo Vargas, Regime Militar e a Nova República, as ações assistenciais foram presentes em nossa sociedade. O assistencialismo foi, como pode ser notado em Prado Júnior (2000), Freyre (2001), Buarque de Holanda (1975) e Fernandes (2006), fruto de uma sociedade alicerçada sobre extrema desigualdade social e, mais do que isso, o assistencialismo estatal foi mecanismo de manobra política de consagração das diferenças sociais, deixando indivíduos e grupos na condições de receptores de políticas que assistem, mas não quebram as condições de dependência e de pobreza.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve natureza exploratória e de caráter qualitativo objetivando identificar se existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e se há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos de ações.

Por ser pesquisa de campo exploratória, o estudo não visa à confirmação de hipótese, mas, sobretudo, aprofundar os conhecimentos acerca do objeto de estudo com o intuito de servir de base para formulação de hipóteses e geração de novas pesquisas. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados empíricos a entrevista com um roteiro semi-estruturado. Acompanhando as entrevistas com as famílias beneficiadas pelos programas, foram também utilizados dois formulários (máscaras) contendo definições de exclusão social e assistencialismo e sustentabilidade, respectivamente, com o intuito de obter os mesmos entendimentos nas diferentes populações alvo. Além de dados primários, foram realizadas pesquisas secundárias documentais, com informações extraídas de sites institucionais de das organizações responsáveis pelos projetos em tela. A pesquisa valeu-se de amostra não-probabilística, de conveniência, cujos gestores e beneficiários das Ações Estatais Assistencialistas e do Empreendedorismo Social Sustentável foram considerados como a população-alvo. Os respondentes da pesquisa foram indivíduos atuantes no ESS, sendo dois gestores e uma assistente do programa, visando obter acesso às

informações da Organização do Terceiro Setor (OTS). Foram, ainda, realizadas entrevistas junto aos beneficiários dos programas, sendo nove famílias integrantes do ESS e sete famílias assistidas pelo Programa AEA. As entrevistas junto aos gestores do Projeto ESS foram realizadas na sede da OTS. Quanto às famílias entrevistadas, foi eleita a zona oeste do Estado de São Paulo. Vale ressaltar que tanto os entrevistados beneficiários do Programa ESS, bem como as famílias atendidas pelo Programa AEA autorizaram, formalmente, a divulgação dos resultados, além de ter sido garantido o anonimato dos informantes.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2007), que consiste em uma técnica aplicável a discursos diversos e a todos os tipos de comunicação. Dada a natureza qualitativa do estudo, optou-se por uma análise temática cujo foco está na descoberta de “núcleos de sentido” que compõe a comunicação. Assim, a análise de conteúdo “aparece com um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2007, p. 40). O objetivo de se recorrer à análise de conteúdo é por conta da possibilidade de realizar “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2007, p. 41). Houve, ainda, a citação *ipsis litteris* de algumas falas dos informantes, pois, com isso, pode-se melhor compreender o sentido que os indivíduos (gestores da OTS ou beneficiários dos programas) atribuem às suas experiências cotidianas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

Nesta seção, opera-se com a análise dos dados empíricos oriundos da transcrição e categorização das entrevistas, bem como a interpretação dos resultados. Para melhor compreensão, a estratégia foi de expor os resultados nos seguintes tópicos: empreendedorismo social sustentável; Ações Estatais Assistencialistas (AEA) - Bolsa Família e Dados comparativos entre a Ação Estatal Assistencialista (Programa AEA) e o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e suas relações com a exclusão social

4.1 Empreendimento Social Sustentável

O projeto ESS tem como missão, segundo pesquisa documental, formar cidadãos capazes de transformar a realidade e o meio em que vivem, visando à ampliação de sua capacidade e conhecimento com o intuito de possibilitar o ensino e aprendizagem, sobretudo de cidadania, com vistas geração de renda. Apóia o cidadão nas áreas pedagógica, social e cultural.

Pesquisa de campo – Para melhor compreensão do conteúdo tratado nessa pesquisa, buscou-se apresentar, na maioria das vezes, a fala dos próprios informantes (assistidos ou gestores de programas), que foram entrevistados. Portanto, os trechos, a seguir, sintetizam manifestações e experiências de três gestores com distintos papéis e nove famílias integradas ao projeto ESS.

Coordenador geral - As questões dirigidas ao coordenador do projeto foram abrangentes procurando entender se o Projeto foi criado e está sendo mantido com preocupações relacionadas à exclusão social e se haviam, de fato, evidências de que essa possível preocupação estaria gerando os benefícios esperados, a inclusão

social. O projeto, segundo o entrevistado, completou 40 anos em 2008 e nesse período de existência, *“é possível observar melhoras nos níveis de exclusão social da região”*. Não possui estudos estatísticos sobre o desenvolvimento regional. Anteriormente, o projeto realizava trabalhos assistenciais, mas com o amadurecimento do grupo os trabalhos foram evoluindo no decorrer dos anos de forma a aumentar a *“influência e amplitude”* de suas ações. Atualmente, procuram trabalhar no desenvolvimento da comunidade e da sociedade. O conceito de sustentabilidade, para o entrevistado, vem sofrendo evoluções, e hoje está mais atrelado a trabalhos de multi-cooperação entre os poderes públicos, mais precisamente o Estado, o setor privado e a população. Ou seja, seria um *“mediador entre os dois setores e a população, auxiliando-a e representando seus interesses políticos, sociais e econômicos”*. Diz ser necessário envolver a população como fator decisivo de melhoria contínua do quadro social, denominando esse grupo atuante de rede. Descreveu que nas favelas existem talentos e potenciais não explorados e que esse tipo de iniciativa faria manifestá-los em prol de suas próprias necessidades. Pontua que os entraves de trabalho social dessa natureza são dois: *“a população em geral aceitar que o problema social é de sua responsabilidade e não somente de quem sofre alguma forma de exclusão e, assim, atuar para melhorar este quadro; e vontade/ dificuldade público-privada em atuar de maneira ágil na solução dos problemas sociais detectados [...] a população residente em áreas livres querem ser vistas como pessoas dotadas de dignidade”*.

Um dos critérios para atender as crianças do projeto é estarem matriculadas em escolas públicas. Informou que são crianças de uma *“região de risco”*, mas não pegam crianças no farol pedindo esmolas e inserem no projeto, pois isso só alimenta o sistema *“você tira uma hoje, amanhã tem outra”*. Diz que educação econômica para a população carente é fator imprescindível para a sustentabilidade e é vista hoje, mundialmente, como *“fator de sucesso para o desenvolvimento econômico de um país o sucesso econômico é o desejo das nações na atualidade”*. Informou que o Governo atual por meio do Projeto Bolsa Família contribui com as classes menos favorecidas, mas que, no entanto, sem a educação econômica a medida é paliativa. Ressaltou que existe uma preocupação do Projeto não cair no conceito assistencial. Ajudar, para o entrevistado, pressuporia a existência de um fraco, que seria o ajudado e um forte que seria quem o ajudaria. Daí surgiria o conceito do esforço conjunto, pois o problema não seria visto como o problema do menos favorecido que precisaria ser ajudado, mais sim um problema que o sistema deveria tratar. Pontuou que *“todos sofrem com a existência de grupos excluídos e com suas conseqüências, que seria a violência, a criminalidade e até a própria existência do excluído que geraria um paradoxo indesejável aos mais ricos. O esforço multilateral é eficaz para se combater os problemas sociais”*. Informou o Projeto ESS tende a praticar mais intensamente esse tipo de atuação.

Assistente do núcleo de comunicação - Pontua que o projeto ESS tem por objetivo promover a inclusão social com um diferencial explícito que é *“ensinar a pescar sem dar o peixe”*. Segundo a entrevistada, *“eles não ensinam o jovem a pedir, mas ensinam o jovem a trabalhar para conseguir o que ele quer”*. Quando questionada a respeito de Programas Assistencialistas, respondeu: *“não gosto dessa questão de assistencialismo, porque eu acho que cria pessoas acomodadas” [...]“é lógico que tem pessoas que realmente não tem condições de trabalhar, por dificuldades motoras e algumas outras coisas que são casos atípicos, assim, mas eu acho que o assistencialismo cria nessas pessoas isso... (acomodamento) Se o governo me dá e uma instituição me dá dinheiro porque eu vou trabalhar?”*. Isso, segundo a entrevistada, geraria dependência do assistido com a assistência. Quando questionada sobre se Empreendimentos Sociais Sustentáveis também não gerariam alguma

forma de dependência afirmou: “Se o governo dá um dinheiro para o jovem e fala: ‘oh, esse dinheiro é para você estudar...’ ele não vai estudar porque ele não tem motivação, não tem incentivo. Agora a instituição que trabalha com sustentabilidade, ela não trabalha só a qualificação profissional, ela trabalha a cabeça do jovem para que ele veja como é importante isso...”.

Coordenadora do núcleo de comunicação - Para a coordenadora de comunicação “os projetos assistencialistas têm a sua utilidade, mas sozinhos não bastam. Muitas vezes existe uma condição em que você precisa mesmo dar algo antes de capacitar (como a comida, por exemplo), porque senão a pessoa atendida pode nem ter como tentar melhorar sua vida...Mas não basta só alimentar, porque o indivíduo que só recebe ajuda acaba não aprendendo a obter as coisas de forma ativa, com sua própria dedicação. É preciso capacitá-lo para que ele possa conseguir as coisas por si mesmo”. Disse ainda que o fato de ter participado do projeto fortaleceu sua crença e abriu os olhos para diversas possibilidades que antes não enxergava: “[...] como os cursos que nós temos aqui. Quando nós somos leigos e pensamos em capacitação para jovens da periferia, pensamos em serviços comuns, como elétrica, hidráulica, serviços gerais, escritório. Porque não pensamos que eles podem ser jornalistas, atores ou grandes chefes de cozinha?” Disse que aprendeu a não subestimar “a força que essas pessoas têm de buscar os seus sonhos”.

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS - Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas “**Grupo Familiar A**”, precedido de um número seqüencial que não obedece, necessariamente, a ordem da realização das entrevistas. A letra A visa identificá-los como integrantes do Programa ESS.

O Quadro 1 apresenta a síntese da composição do grupo familiar e a situação sócio-econômica.

Grupo Familiar	Composição da família	Participantes da renda e perfil	Condições de moradia e renda	Perfil do(a) entrevistado(a)
A 1	Casal, uma filha e cunhado	Marido trabalho formal, cunhado trabalho informal	Casa alugada R\$800,00	Entrevistada tem trabalhos esporádicos sem registro em carteira – estudou até 7ª série
A 2	Casal e um filho	Casal Esposa desempregada por falta de estudo	Casa alugada R\$1.200,00	Entrevistado tem trabalho formal, almojarife em empresa automobilística. Cursa o supletivo - filho participa do Projeto ESS.
A 3	Casal e duas filhas	Casal – Marido trabalha na produção de uma fábrica	Apartamento arrendado pela Caixa R\$1.500,00	Faz parte do grupo de mães do Projeto ESS e trabalha no ateliê com corte e costura de acessório e a filha participa do Projeto. Casal tem ensino médio
A 4	Casal e um filho	Marido está trabalhando como cobrador	Moram em área livre R\$ 1.200,00	Entrevistada atua no Projeto ESS denominado “Cor-ESS. Casal tem ensino médio e o filho participa do Projeto ESS.
A 5	Casal e quatro filhos	Marido é motorista de lotação sem registro	Casa alugada - Marido trabalha em média três dias por semana, e recebe por dia	Entrevistada está desempregada marido concluiu o ensino médio e a entrevistada parou com os estudos na sexta série. Filha está no Projeto ESS (educação infantil) e as outras

			R\$60,00.	crianças estão estudando em escola pública
A 6	Casal e uma filha	Vende objetos no farol	Casa alugada R\$600,00	Entrevistada não estudou e marido parou na sexta série. A filha participa do Projeto ESS
A 7	Mãe e dois filhos – Pai não mora na casa	Conta com ajuda do marido	Casa alugada R\$580,00	Desempregada, e faz alguns trabalhos sem registro. Tem ensino médio e a filha participa do Projeto ESS
A 8	Casal e dois filhos	Marido é manobrista – está desempregado	Casa alugada R\$250,00 – recebem ajuda do sogro e cunhado	A entrevistada está cursando o segundo colegial e o filho participa do Projeto ESS
A 9	Casal e três filhos	Seu marido é manobrista	Casa alugada R\$600,00	Faz parte do núcleo de moda do Projeto ESS, na produção teve oportunidade de expor os artigos confeccionados numa TV universitária e em outros programas, sempre acompanhada por um professor.

Quadro 1 - Composição e situação sócio-econômica do grupo familiar

Fonte: dados da pesquisa

4.2 Ações Estatais Assistencialistas (AEA) - Bolsa Família

O Programa AEA tem por premissa que, com o cumprimento das suas condicionalidades e pré-requisitos, terá impacto positivo na redução da pobreza ao garantir aos membros das famílias beneficiadas melhores condições de saúde e aumento do nível de escolaridade assim como habilidades e competências para o trabalho e a cidadania.

O Programa caracterizou-se por um benefício de remuneração financeira, no qual o participante beneficiado recebe dinheiro, quantia pré-estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome que interam valores definidos. Para garantir que o critério de qualificação não seja burlado ou fraudado, o Governo Federal definiu a implementação descentralizada do programa de modo que a gestão e a operacionalização do programa dependem da coordenação não só entre setores dentro de um nível de governo, mas entre seus vários níveis governamentais – União, Estados e Municípios. Seu objetivo é contribuir para a melhoria de a situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

Pesquisa de campo - As narrativas com as famílias atendidas pelo Programa AEA buscaram entender a situação sócio-econômica, características, a utilização dos valores recebidos e seus respectivos graus de conhecimento do assunto e também exclusão social, sustentabilidade e assistencialismo. Das 7 famílias entrevistadas, 4 ocorreram de forma descontraída em casas humildes. Uma entrevista foi realizada em área livre dada a aparente periculosidade do local e precariedade da residência da assistida. O parceiro da mulher, ex-presidiário, ao chegar durante a entrevista, demonstrou aparente transtorno, dificultando o andamento da mesma. Outras duas entrevistas ocorreram, também, em área livre em função de percepção errônea, considerando que os pesquisadores faziam parte de órgãos públicos fiscalizadores. Desse grupo, apenas uma pessoa recebia um benefício diverso do Programa AEA - Programa Renda Cidadão.

Famílias Entrevistadas

Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas “**Grupo Familiar B**”, precedido de um número sequencial que não obedece a ordem da realização das entrevistas. A letra B visa identificá-los como beneficiados do Programa AEA, conforme Quadro 2.

Grupo Familiar	Composição da família	Participantes da renda e perfil	Condições de moradia e renda	Perfil do(a) entrevistado(a)
B1	Mãe e 3 filhos	Mãe	Casa própria	Entrevistada costureira sem registro em uma confecção de roupas, complementa a renda como manicure, atendendo a domicilio e tem renda de R\$ 500,00 por mês
B2	Casal e 2 filhos	Casal	Moram em casa alugada	Entrevistada trabalha na cozinha de uma escola pública e o marido é pedreiro. A renda familiar é por volta de R\$ 615,00. Estudou até a sétima série, o marido é analfabeto
B3	Entrevistada, 5 filhos e avó	Mãe	Mora na casa da mãe - própria	Entrevistada trabalha numa empresa que fornece merenda escolar nas escolas públicas de São Paulo, além da pensão recebida pela mãe num total de R\$ 850,00.
B4	Entrevistada, 2 filhos e seu irmão	Entrevistada e irmão	Moram em casa alugada	A entrevistada é diarista sem registro. Seu irmão tem emprego informal e colabora também com a cesta. Renda de R\$ 1.200,00. Estudou até a quinta série. irmão é analfabeto funcional e alcoólatra.
B5	Casal e 3 filhos	Entrevistada	Moram em cima da casa da sogra	Entrevistada. O marido atualmente está preso. Estudou até a sexta série
B6	Casal e 4 filhos	Casal totalizando R\$ 1.407,00	Casa Própria	Entrevistada costura em uma oficina têxtil e o marido está trabalhando em uma empresa de logística
B7	Casal e 5 filhos	Entrevistada trabalho informal R\$400,00.	Moram em barraco invadido com precárias condições de moradia	Marido desempregado. Estudou até 4ª série

Quadro 2 - Composição e situação sócio-econômica do grupo familiar
Fonte: dados da pesquisa

4.3 Dados comparativos entre a Ação Estatal Assistencialista (Programa AEA) e o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e suas relações com a exclusão social

Esta etapa do trabalho analisa os dados colhidos por meio de dois formulários aplicados ao término das entrevistas, junto aos participantes da pesquisa, beneficiários do programa AEA e integrantes do Projeto ESS. O primeiro formulário traz itens que podem estar relacionados com o aumento ou a redução da exclusão social. Para esta pesquisa, a definição operacional da variável “exclusão social” se fez relacionando o conceito à miséria, ao desemprego, ao subemprego, à carência oriunda de educação deficitária e, por fim, à falta de acesso

de uma parcela da população aos bens comuns à maioria das pessoas. Esses dados foram considerados desta forma tendo em vista a dificuldade de encontrar, na literatura pesquisada, uma definição científica para o termo. O outro formulário traz as características que podem estar relacionadas com o conceito de sustentabilidade e/ ou assistencialismo. Esses recursos utilizados visaram manter, dentro do possível, uma uniformidade na compreensão dos conceitos ora estudados. Mesmo assim, vale ressaltar que os resultados podem sugerir diferentes interpretações por parte dos entrevistados em função do nível de escolaridade e entendimento dos mesmos acerca dos questionamentos realizados. Esta etapa visou buscar a compreensão das similaridades e diferenças existentes entre os empreendimentos, objetos de estudo dessa pesquisa.

Exclusão Social - Os participantes da pesquisa apresentaram suas opiniões quanto aos itens relacionados com o aumento da exclusão social e aqueles que propiciam a redução da exclusão social.

As famílias assistidas pelo Programa AEA (Ação Estatal Assistencialista) associam questões relacionadas à raça/etnia, classes sociais, falta de acesso à saúde, excesso de impostos e moradias inadequadas como os principais fatores que ocasionariam aumento dos níveis de exclusão social. Em contrapartida, acreditam que: - uma boa formação profissional seja o principal fator para a redução desses níveis, seguido de - acesso à informação e às escolas.

As famílias participantes do Projeto ESS (Empreendedorismo Social Sustentável) pontuam que: - trabalhos informais e desemprego são as categorias que mais favoreceriam o aumento dos níveis de exclusão social. Noutra direção, afirmam que o acesso à informação, às escolas e uma boa formação cultural são que mais favoreceriam a redução desses níveis.

Apesar de Oliveira (1997) constatar, em sua pesquisa, que a questão de etnias e raças não deveria ser relacionada à exclusão social, mas sim a grupos de minorias, percebe-se, sobretudo no grupo dos assistidos pelo Programa AEA, dados que indicam uma percepção de exclusão relacionada ao fato. A questão dos impostos, apesar de não ter sido evidenciada por nenhum dos autores estudados, foi mencionado por ambos os grupos como item de favorecimento à exclusão social. Outro dado relevante está no fato de 100% dos entrevistados, também do grupo assistido pelo Programa AEA, creditar à boa formação profissional grande parte da responsabilidade da redução dos níveis de exclusão social, o que pode indicar uma real necessidade desses grupos em obter este tipo de formação.

4.4 Ações Estatais Assistencialistas (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS)

Os participantes da pesquisa apontaram suas opiniões quanto às características relacionadas às AEA e ao ESS.

As famílias assistidas pelo Programa AEA relacionam o assistencialismo com o auxílio direto às pessoas que perderam bens em enchentes e com bens que, arrecadados, serviriam para o crescimento do programa. O resultado das famílias assistidas pelo Projeto ESS é similar, no entanto, foi creditado, prioritariamente, aos bens que, arrecadados, serviriam para o crescimento do próprio projeto, seguido da doação de bens às pessoas que tiveram perdas em enchentes. Ressalta-se que essas frases foram elaboradas visando facilitar a relação da ação ao modelo de programa.

As famílias assistidas pelo Programa AEA acreditam estar relacionadas à sustentabilidade, sobretudo, a questão da capacitação profissional, acompanhada do fato de tornar as pessoas menos dependentes do Governo e da inovação em termos de geração de emprego e renda. Por outro lado, para as famílias participantes do Projeto ESS, em primeiro lugar, acreditam que tornar as pessoas menos dependentes do governo seja a principal característica de sustentabilidade, acompanhado do alto investimento nas pessoas e da resolução de problemas sociais.

As famílias beneficiadas pelo Programa AEA visualizam, no mesmo patamar, o assistencialismo e a possibilidade de, por meios próprios, superar a dependência do governo. Ou seja, não possuem uma clara compreensão da diferença entre uma Ação Estatal Assistencialista e um projeto de Empreendedorismo Social Sustentável. Já, no caso dos participantes do Projeto ESS, há uma nítida visualização de que o projeto alicerçado sobre o Empreendedorismo Social Sustentável torna os participantes menos dependentes do governo. Ou seja, compreendem que a sustentabilidade é distinta do assistencialismo, já que suas respostas indicam que o investimento nos indivíduos, em sua capacitação profissional e cultural, leva, paulatinamente, à redução da necessidade de ações governamentais assistenciais. Assistencialismo, na visão dos respondentes, liga-se ao fornecimento de algo imediatamente, a doações por parte do governo ou da sociedade. Empreendedorismo Social Sustentável é relacionado com a formação das pessoas e tem caráter preventivo, pois o investimento em formação (profissional e cultural) é visualizado com resultados que serão obtidos em médio e longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo identificar as similaridades e especificidades entre modelos de Ações Estatais Assistenciais (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS). Além disso, visou explicitar as possíveis relações entre esses modelos e a redução da exclusão social. No que tange ao problema principal de pesquisa, que era identificar essas relações, a presente pesquisa foi capaz de identificar essas interatividades entre os modelos, conforme se observa na Figura 1, a seguir:

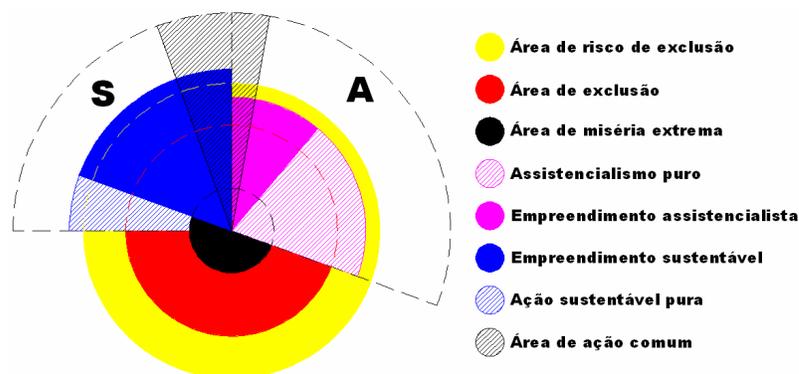


Figura 1 — Relações entre as AEA e o ESS e a exclusão social
 Fonte: adaptado de Silva, et al. (2007)

Especificidades do modelo de ESS:

- Público alvo são pessoas e grupos familiares que vivem em situação de risco social;
- Atua na formação profissional, educacional e cultural das pessoas e grupos familiares;
- Tem caráter preventivo na solução dos problemas sociais;
- Bens adquiridos pelos beneficiados são, normalmente, intangíveis;
- Inova em termos de geração de emprego e renda;
- Trabalha na conscientização dos beneficiados levando-os ao não-comodismo;
- Atua de forma dinâmica na solução dos problemas locais;
- Critério de participação definido e respectivo controle são relativamente suficientes para evitar participação de pessoas e grupos não contemplados pelos mesmos;
- Trabalha de forma local e suas ações são pouco abrangentes e conhecidas fora de sua área de atuação.

Especificidades do modelo de AEA:

- Público alvo são pessoas que vivem em situação de pobreza e de miséria extrema;
- Fornece bem tangível (dinheiro) direto aos beneficiados;
- Tem caráter corretivo na solução dos problemas sociais;
- Atua de forma estática na solução de problemas de grande abrangência;
- Critérios de participação definidos e respectivos controles mostraram-se insuficientes para conter a participação de pessoas e grupos não contemplados nos mesmos;
- Trabalha em todo território nacional com ações de grande abrangência, bastante conhecidas pelas pessoas.

Similaridades entre os modelos de AEA e ESS:

- Buscam a solução de problemas sociais; Não têm finalidade lucrativa; Atuam em grupos em risco social, em estado de exclusão e em estado de miséria;

O estudo realizado buscou contribuir com o avanço teórico dessa área de conhecimento, seja na melhor compreensão do fenômeno da exclusão social e das ações estatais assistencialistas e dos projetos de empreendedorismo social sustentável. Além disso, propiciou informações que subsidiem informações aos formuladores de políticas públicas ou Organização do Terceiro Setor que tenham suas atividades-fins voltadas ao combate da exclusão social.

Os dados evidenciaram que, no Brasil, há, ainda, a necessidade de se conjugar ações assistenciais e ações que empreendam a fim de dar autonomia a indivíduos e grupos em situação de exclusão social ou de risco iminente. Séculos de desigualdade social não são resolvidos apenas com ações assistenciais, sejam governamentais ou oriundas da própria sociedade. Na ótica de Martins (2002), grave problema das sociedades contemporâneas é, para além da chamada exclusão social, a inclusão desumanizada de enormes contingentes de seres humanos. Nas palavras do autor:

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2002, p. 21).

Oliveira (1997) classificou as questões étnicas e raciais como “minorias”, no entanto, no grupo estudado, sobretudo as famílias assistidas pelo Programa AEA, foi observada uma presença maior de afrodescentes, embora não se possa estabelecer relações causais entre as etnias e exclusão social nesta pesquisa. Tal fato indica, novamente, que o desenvolvimento social, com escravidão, concentração de terra e má distribuição de renda ainda se manifesta em amplas camadas da população. Neste caso, os estudos de Florestan Fernandes (1965) acerca da passagem de uma sociedade estamental e escravocrata para uma sociedade de classes e capitalista deixa evidente que a abolição da escravidão, em 1888, não significou para o negro liberto sua inserção como cidadão na nova sociedade de trabalho livre e assalariado.

Há, ainda, a relação entre a alta carga tributária e a exclusão social, ou seja, os impostos, muitas vezes, são elementos que contribuem para excluir os indivíduos e grupos. Na medida em que o estudo progrediu verificou-se, empiricamente, que há uma complementaridade entre o assistencialismo e o empreendedorismo social sustentável, uma conjugação necessária dos dois modelos, conforme indicado acima.

A pesquisa apresenta dúvidas da real capacidade do Estado como gestor de um programa da amplitude do programa AEA, pois, conforme dados colhidos, há o pagamento do benefício para famílias que burlam os critérios oficiais. Outra evidência relevante está no fato das pessoas atendidas pelo Programa AEA desconhecerem quase que integralmente a existência de projetos sociais sustentáveis, como, por exemplo, o Projeto ESS. Os dados evidenciam que, muitas vezes, essas famílias vivem numa condição de alienação política e social mais intenso do que as outras famílias, tornando-se reféns das condições que lhes são impostas socialmente. Contrastando com esse cenário, a realidade das famílias beneficiadas por ações de empreendedorismo social sustentável – no caso, o Projeto ESS – evidencia, por sua vez, que os atendidos são instruídos acerca de sua auto-sustentação, estimulando ações empreendedoras dos mesmos e até a abertura de empresas cooperativas. Isto é, o foco está na geração de renda e não no recebimento de benefícios, o tempo é do médio e longo prazo e não o imediato.

Os resultados desta pesquisa apontam que no enfrentamento da exclusão social não se pode, apenas, optar por um ou por outro modelo: o assistencialismo e o empreendedorismo social. As necessidades são, a um só tempo, imediatas e de futuro. A pesquisa, ao dar voz aos “excluídos”, traz à tona não só a importância do conhecimento científico sob a perspectiva daqueles que, geralmente, não tem essa visibilidade. Mas, também, pode oferecer importantes subsídios aos formuladores de políticas públicas e de Organizações do Terceiro Setor que, conjuntamente, podem vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa realizada apresenta, obviamente, suas limitações. Por se tratar de estudo de caráter exploratório e com coleta e interpretação dos dados com metodologia qualitativa, não se podem estabelecer relações causais ou generalizações sobre os resultados encontrados. No entanto, a confrontação, de ações assistencialistas e programas assentados em empreendedorismo social, contribui para evidenciar questões que são, ainda hoje, prementes para a nossa sociedade. Academicamente, são recomendados novos estudos, inclusive, com tratamento quantitativo dos dados, possíveis comparações entre as regiões do país e, por fim, das conseqüências da manutenção de programas assistenciais na atual configuração social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. de C. F. **Capacitação Solidária**: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: AAPCS, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2007.

BOVO, C. R. **Só Assistencialismo não adianta**. Disponível em: <<http://metodista.uol.com.br/cidadania/numero-40/so-assistencialismo-nao-adianta>> .Acesso em: 15/10/07.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 jun. 2008.

BRESSER, L. C. P. Do Estado patrimonial do gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1975.

CALDEIRA, F. Exclusão Social: uma aventura teórica pela busca de um conceito In: VI Semana de Geografia, 2005, Presidente Prudente. **A Geografia e os Paradigmas do Século XXI** , 2005.

CAMPOS, A. (Org.) **Atlas da exclusão social no Brasil**, Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, R. “Apresentação”. In: CARDOSO, R; FRANCO, A.; OLIVEIRA, M.D.; LOBO, T. (Orgs.). **Comunidade Solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.

CARDOSO, R. A construção de um novo diálogo. In: Ávila, M. C. de. **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 2001.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. **3º Setor: desenvolvimento social e sustentável**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=5418> . Acessado em: 17 out. 2007.

DRAYTON, B. Everyone a Changemaker: Social Entrepreneurship Ultimate Goal - **Innovations MIT Press** - Harvard University and George Mason University. 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FERREIRA, S. Empreendedorismo Social, profissionalização e emprego In: A ECONOMIA SOCIAL E A PROMOÇÃO DO EMPREGO, 2006. Lisboa, Portugal. **Anais do resumo dos trabalhos**. Disponível em: <<http://www4.fe.vc.pt/cec/oefpsilviaferreira.pdf>> Acesso em: 22 set. 2007.

FORTES, M. Desenvolvimento e meio ambiente: a visão empresarial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, C. **O longo Amanhecer**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GOLDSTEIN, I. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.

GORDINHO, M. C. **Livro de Ruth**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

HIGA, F. **Responsabilidade social não é assistencialismo**. 2006.

HUDSON, M. **Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita**. São Paulo: Makron Books. 1999.

JACOBS, J.. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
Kisil (1997

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. et. al. (orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
MELO NETO & FROES, 2002,

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2008.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. 49-61, 1997.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRANDO, R. A.; MILANI FILHO, M. A. F. O que é Terceiro Setor? In: PRANDO, R. A. *et al.* **Marketing para o Terceiro Setor**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**, Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, M. **Exclusão: problematização o conceito**. São Paulo, v. 25, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a04.pdf>> Acesso em: 06 Out. 2007.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, T. S. “Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital”. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 170-198, 2001.

SILVA, F.F.; COLÁS, G.O.; RODRIGUES, H.A.S.; MELO, T. **Empreendimento social sustentável, empreendimento social assistencialista e suas relações com a exclusão social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

WAIHRICH, R.S. Geração de emprego x assistencialismo. Um pequeno passeio sobre o Direito Constitucional. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3621>>. Acesso em: 15 out. 2007.